



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Estado do Pará



SEMINÁRIO

Poluição, acidentes e multiplicidade de conflitos no eixo Barcarena e Abaetetuba: proteção dos direitos das populações humanas e da biodiversidade em face dos impactos de atividades industriais

Belém (PA)

2017

1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Há uma dificuldade muito grande de encontrar registros consolidados sobre os acidentes industriais que impactaram as populações humanas, os rios e as florestas na região do polo industrial de Barcarena. Sem uma base de dados completa e confiável, torna-se difícil mensurar a magnitude dos acidentes, sua área de impacto e a população humana exposta.

O que se observou ao longo desses últimos 20 anos foi uma ampliação no número de acidentes relatados aos órgãos ambientais e ao Ministério Público, tanto por lideranças comunitárias, tradicionais, quilombolas e pescadores, como pela imprensa.

O Ministério Público autuou diversos procedimentos judiciais e extrajudiciais com intenção de responder a diversas demandas, em especial citam-se os procedimentos do MPF-PA n. 1.23.000.003912/2016-59¹, 1.23.000.003920/2016-03² e 1.23.000.003922/2016-94³.

Em que pese o Brasil, por meio do Decreto nº 4.085, de 15/01/2002, ter promulgado a Convenção nº 174 da OIT e a Recomendação nº 181 sobre a Prevenção de Acidentes Industriais Maiores, bem como os esforços dos governos estadual e municipal para evitar os impactos dos acidentes industriais, vive-se em Barcarena um ambiente de risco. A construção de mecanismos de identificação de impactos sinérgicos que garantam a identificação e análise integrada dos danos causados na região deverá tirar da invisibilidade as comunidades tradicionais, abrindo a discussão sobre a reprodução física, social e cultural dessas populações. Tais mecanismos poderão orientar a definição de territórios e apoiar a gestão nesse ambiente, onde, do ponto de vista histórico-temporal, são observados diversos acidentes industriais.

Desse modo, tais atividades necessitam de um aporte de segurança com maior efetividade, em uma estreita relação com as comunidades expostas, evitando danos maiores à saúde humana, aos recursos hídricos, ao solo, ao ar e às florestas em caso de acidentes.

Grande parte das indústrias de capital internacional, presentes na região, possui certificações ambientais e compromissos socioambientais firmados nos países de origem, orientando o diálogo com a sociedade local e os governos, as ações de prevenção e a observância às legislações locais de segurança do trabalho e ambiental.

A dinâmica do desenvolvimento, com a instalação de atividades industriais e produtivas na região de Barcarena, principalmente as de processamento mineral, é inevitável, mas, não pode impedir a convivência das populações tradicionais com ecossistemas preservados.

1 Refere-se à instauração de procedimento para acompanhamento do Termo de Compromisso nº 8/2015, originado do IC nº 1.23.000.001675/2011-87, firmado entre o Ministério Público do Estado do Pará, Ministério Público Federal, Companhia de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará - CODEC e o Estado do Pará, tendo como intervenientes o Instituto de Terras do Pará - ITERPA e Companhia de Habitação do Estado do Pará - COHAB, para ajustar o procedimento de consulta à população que habita a área do Distrito Industrial de Barcarena, no tocante ao seu processo de remanejamento, em razão dos riscos decorrentes da atividade industrial no Município.

2 Refere-se à instauração de procedimento para acompanhamento do Termo de Compromisso nº 2/2016, originado do IC nº 1.23.000.001675/2011-87, firmado entre o Ministério Público do Estado do Pará, Ministério Público Federal, Companhia de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará - CODEC e o Estado do Pará, para ajustar o procedimento de monitoramento ambiental da atividade desenvolvida na área da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará, situada no município de Barcarena.

3 Refere-se à Instauração de procedimento para acompanhamento do Termo de Ajustamento de Conduta nº 01/2014, originado do IC nº 1.23.000.001675/2011-87, firmado entre o Ministério Público do Estado do Pará, Ministério Público Federal e a Imerys Rio Capim Caulim S.A., para ajustar a liberação da operação da bacia 5C e os vazamentos de caulim ocorridos em maio de 2014 na planta industrial da Imerys, no distrito industrial de Barcarena.

O processo de industrialização/desenvolvimento não pode ser empecilho ao projeto de vida das comunidades locais, tradicionais, quilombolas e a conservação da biodiversidade local, conforme orienta o Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004, que promulga a Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.

Diante disso, o Ministério Público Federal, por meio da Procuradoria da República no Estado do Pará, propõe a realização de um seminário, com a intenção de ouvir as comunidades tradicionais, os pesquisadores, os movimentos sociais, empresas, agentes de governo, operadores do Direito, a fim de tentar responder o seguinte desafio: como garantir a convivência entre indústrias, populações tradicionais, locais, quilombolas, conservar a biodiversidade, manter as florestas, recursos hídricos no ambiente amazônico presente em Barcarena?

2 OBJETIVO

- Ouvir as comunidades tradicionais, os pesquisadores, os movimentos sociais, empresas, agentes de governo, operadores do Direito, a fim de buscar proposições para garantir a convivência entre indústrias, populações tradicionais, locais, quilombolas, conservar a biodiversidade, manter as florestas e recursos hídricos no ambiente amazônico do eixo territorial entre Barcarena e Abaetetuba.

2.1 Objetivos específicos

- Apresentar e colher dos participantes proposições (recomendações, ajustamento de conduta etc.) para a efetividade de direitos locais, com o propósito de colher soluções para os problemas identificados na área em questão, em favor da sociedade paraense e de toda a coletividade.

- Colher resultados de instituições de ensino e de pesquisa, por meio de sua comunidade científica, como forma de auxiliar as demandas do Ministério Público em várias áreas, promovendo o diálogo de saberes, aplicando o que se produz nas universidades, bem como levantamento de documentos internacionais que versem sobre as questões a serem discutidas.

3 METODOLOGIA

A dinâmica se dará por meio de discussões e levantamentos de informações sobre as seguintes temáticas: Água e poluição hídrica; Conservação da Floresta; Populações expostas; Poluição Atmosférica, Mudanças Climáticas e Saúde humana; Atividades industriais e Sustentabilidade; Populações tradicionais; Regularização Fundiária; Conservação da Biodiversidade, cujas contribuições serão classificadas pelos seguintes atores sociais:

- a) Autoridades ou órgãos públicos;
- b) Sociedade Civil Organizada;
- c) População afetada;
- d) Setor da atividade econômica e,
- e) Comunidade científica - Instituições de Ensino e Pesquisa.

4 INFORMAÇÕES SOBRE O EVENTO

4.1 Promoção

Ministério Público Federal no Pará – MPF/PA

4.2 Apoio

Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) e Prefeitura Municipal de Barcarena.

4.3 Participação/convidados

Associação das Empresas de Mineração e Metalurgia de Barcarena (ASSEMB)
Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará (CODEC)
Comunidade local
Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE
Iniciativa privada
Instituto Evandro Chagas – IEC
Instituto Internacional de Educação do Brasil – IIEB
Instituto Peabiru
Ministério Público do Estado do Pará – MPE-PA
Movimento Barcarena Livre
Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG
Operadores do Direito/Advocacia
Prefeitura Municipal de Barcarena – PMB
Secretaria de Transporte do Estado do Pará
Sindicato dos Químicos de Barcarena
Universidade do Estado do Pará – UEPA
Universidade Federal do Pará – UFPA
Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA

4.4 Data

18 e 19 de maio de 2017.

4.5 Horário

18/05 (quinta-feira): *manhã*: 9 às 13h

tarde: 14 às 17h

19/05 (sexta-feira): *manhã*: 9 às 13h

tarde: 14 às 17h

4.6 Local

Auditório do Campus de Pesquisa do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) da Perimetral.

4.7 Endereço

Travessa Perimetral, 1901 – bairro Terra Firme – CEP: 66077-830 - Belém – Pará –
Telefone e contato: Dilson (91) 3217-6058 e Paulo.

4.8 Vagas

220 participantes (com toda estrutura necessária – datashow, computador, tela de projeção, microfone e caixa de som, água, apoio logístico de funcionário).

4.9 Inscrições

As pré-inscrições podem ser realizadas no link indicado pela ASCOM/MPF-PA até o limite de 220 vagas. Após a realização da pré-inscrição basta comparecer ao evento e assinar a lista de frequência (nome, contato telefônico e e-mail).

4.10 Comprovação de participação

Após o evento será enviada uma “**Declaração de Participação**” digitalizada, com carga horária de 15h aos e-mails dos participantes.

5 PROGRAMAÇÃO

18/05 (quinta-feira)

9h-11h30: MESA DE ABERTURA

- Ministério Público Federal – procurador da República **Bruno Araújo Soares Valente**
- Ministério Público do Estado do Pará – promotora de Justiça **Viviane Sobral Franco**
- Prefeitura Municipal de Barcarena – Prefeito **Antonio Carlos Vilaça**
- Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará (CODEC) – Presidente **Olavo das Neves**
- Instituto Internacional de Educação do Brasil - **Manuel Amaral**
- Comunidade local – **Cleide Monteiro**
- Associação das Empresas de Mineração e Metalurgia de Barcarena (ASSEMB) – **Sílvio Roberto Monteiro**

Porto

11h30-12h30: PAINEL 1 – ATIVIDADES INDUSTRIAIS e SUSTENTABILIDADE

- **Marco Antônio Silva Lima** (Universidade do Estado do Pará – UEPA)
- **André Luís Assunção de Farias** (Universidade Federal do Pará - UFPA)
- Representante da iniciativa privada

12h30-13h: DEBATES

13h – Intervalo

14h-15h30: PAINEL 2 – POPULAÇÕES TRADICIONAIS

- **Rosane de Oliveira Martins Maia** (Universidade Federal do Pará – UFPA)
- **Marcel Theodoor Hazeu** (Universidade Federal do Pará – UFPA)
- **Livia de Freitas Navegantes Alves** (Universidade Federal do Pará – UFPA)
- **Waldenir Bernini Lichtenthaler** (Ministério Público Federal - MPF)

15h30-16h30: PAINEL 3 – TRANSPORTE E LOGÍSTICA

- **Kleber Ferreira de Menezes** (Secretaria Estadual de Transporte – SETRAN-PA)
- **Hito Braga da Moraes** (Universidade Federal do Pará – UFPA)
- **José Guilherme Carvalho da Silva** (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE)

16h30-17h: DEBATES

19/05 (sexta-feira)

9h-10h15: PAINEL 4 – CONSERVAÇÃO DA FLORESTA

- **João Meireles** (Instituto Peabiru)
- **Regina Oliveira da Silva** (Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG)
- **Juarez Pezzutti** (Universidade Federal do Pará – UFPA)
- **Gracialda Costa Ferreira** (Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA)

10h15-11h30: PAINEL 5 – POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA, SAÚDE HUMANA E POPULAÇÕES EXPOSTAS

- **Marcelo Oliveira Lima** (Instituto Evandro Chagas – IEC)
- **Antônio Marcos Mota Miranda** (Instituto Evandro Chagas - IEC)
- **Ismael Moraes** (Advocacia socioambiental)
- **Gilvandro Ferreira Santa Brígida** (Sindicato dos Químicos de Barcarena)

11h30-12h30: PAINEL 6 – ÁGUA E POLUIÇÃO HÍDRICA

- **Simone de Fátima Pinheiro Pereira** (Universidade Federal do Pará - UFPA)
- **Bruno Santana Carneiro** (Instituto Evandro Chagas - IEC)
- **Euniceia Fernandes Rodrigues** (Comunidade Curuperê)

12h30-13h: DEBATES

13h – Intervalo

14h-15h: PAINEL 6 – REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA E RURAL

- **Girolamo Trecanni** (Universidade Federal do Pará - UFPA)
- **Mauro Ó de Almeida** (Advocacia Geral da União - AGU)
- **Eliane Moreira** (Ministério Público do Estado do Pará - MPE-PA)

15h-15h30: DEBATES

15h30-17h: ENCAMINHAMENTOS E ENCERRAMENTO

- **Representante Autoridades Públicas:** MPF
- **Representante Sociedade Civil Organizada:** IIEB
- **Representante População Afetada:** Liderança local
- **Representante Setor da Atividade Econômica:** ASSEMB
- **Representante Comunidade Científica:** UFPA